



## **Senado Federal**

### **Secretaria-Geral da Mesa**

#### **Secretaria de Taquigrafia**

**09/05/2012**

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador Pedro Simon, com quem fiz a permuta na tarde de hoje – ele era o segundo orador inscrito; eu era o décimo.

Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de falar sobre o Consecitrus e a crise na citricultura.

Volto à tribuna desta Casa, Senador Waldemir Moka, para tratar de um tema que acompanho de perto desde 2000: a crise na citricultura paulista. Nesses anos, fiz vários alertas acerca dos malefícios que a concentração do setor produtor de suco de laranja provoca nos pequenos e médios produtores, bem como nos trabalhadores agrícolas e nas indústrias.

Meu objetivo sempre foi o de promover a saudável concorrência, impedir o movimento de concentração no setor e instar os órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência a investigar as denúncias de formação de um cartel nesse seguimento econômico, para que investiguem bem as denúncias. Essa concentração, levada a cabo pelas indústrias, vem sendo responsável pela definição dos baixos preços de compra da fruta produzida pelos pequenos e médios produtores, e com isso tem lhes impingido grandes prejuízos.

Apesar dos meus esforços e dos órgãos de defesa da concorrência, os resultados não foram satisfatórios: a concentração e a verticalização intensificaram-se nos últimos anos.

Nesse quadro, avaliei que uma das formas de dirimir os conflitos e pacificar o setor citrícola seria a criação de um conselho arbitral, composto pelos produtores e as indústrias processadoras, que teria o objetivo de definir as formas de comercialização da laranja e seus derivados, os preços de aquisição dos frutos, entre outras funções. Esse é o exemplo do que ocorre com o Consecana, no setor da cana-de-açúcar, e que tem sido recomendado pelo ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, inclusive nas ocasiões em que, em audiências públicas aqui no Senado Federal e em diálogos em seu próprio gabinete, teve a oportunidade de se manifestar. Por isso, volto a frisar, é importante a criação do Consecitrus, desde que de forma a verdadeiramente representar todos os atores do setor da citricultura.

Esse também é o entendimento dos produtores e da indústria processadora de suco de laranja. Assim, em 25 de outubro de 2010, na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, a Associação Brasileira de Citricultores (Associtrus), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) selaram um compromisso para a criação da Consecitrus.

O texto final que selará a criação do Consecitrus deverá ser apreciado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão que já vem avaliando os processos de

concentração econômica no setor da produção de suco de laranja há vários anos. A formalização do Consecitrus atende a uma das exigências do Cade no processo que analisou para a aprovação da fusão das produtoras de suco de laranja Citrovita, do grupo Votorantim, e Citrosuco, do grupo Fisher, em dezembro do ano passado. Somente após a aprovação do Cade, o Consecitrus deve começar a operar.

No entanto, surpreendentemente, após quase dois anos de negociações, a imprensa noticiou que a CitrusBR e a Sociedade Rural Brasileira assinaram, no último 18 de abril, o estatuto de formação do Consecitrus, excluindo dessa entidade a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo e a Associtrus.

Essa eliminação dos principais órgãos de representação dos produtores de laranja do Estado de São Paulo, além de causar estranheza, causou-me apreensão no que concerne à efetiva representatividade dos membros do Consecitrus. Senão, vejamos: a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) representa 237 sindicatos rurais e 320 extensões de base no Estado de São Paulo, ou seja, está presente em quase a totalidade dos Municípios paulistas, e a Associtrus é uma das mais tradicionais entidades de representação da citricultura paulista. Sendo assim, como aceitar que tais entidades não estejam entre os membros do Consecitrus?

Nos últimos dias, recebi manifestações da Associtrus, da Faesp e do Sindicato Rural de Ibitinga, afirmando que a minuta do estatuto do Consecitrus, Conselho dos Produtores de Laranja e das Indústrias de Suco de Laranja, assinada pela Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos e pela Sociedade Rural Brasileira, não foi discutida...

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

Por todos os representantes dos produtores de laranja e que o documento não representa os produtores de laranja.

Com muita honra.

**O Sr. Casildo Maldaner** (Bloco/PMDB – SC) – Até para lhe aliviar um pouquinho, porque isso ocorre comigo também, com qualquer um de nós que está na tribuna isso costuma acontecer. Eu queria me associar à credibilidade do pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> expõe hoje na tribuna, da citricultura em São Paulo, e por que não dizer, não só em São Paulo, mas eu diria a brasileira. Inclusive nós de Santa Catarina temos um peso extraordinário. Hoje, isso significa fortemente também um equilíbrio com relação à exportação, porque na balança comercial do Brasil a citricultura é forte. E São Paulo, sem dúvida alguma, é um expoente nesse caso. Eu sei que na Flórida, principalmente, nos Estados Unidos, há épocas, em alguns anos, em que a produção é extraordinária e, mesmo em seus contratos com o Brasil, nossa produção nacional sofre. Eu sei que existe não só a Associação de Produtores do Brasil, da citricultura, e a laranja é muito forte, mas existem também cooperativas que tratam desse tema e que precisamos até expandir. O Governo, o Ministério da Agricultura, todos nós poderíamos participar cada vez mais e melhorar a infraestrutura no recebimento, na estruturação e no armazenamento dessa fruticultura, no campo da citricultura, que é importante, em São Paulo, como grande campeão de produção nesse setor – e por que não no Brasil inteiro?. É um adendo que faço a V. Ex<sup>a</sup> e quero me solidarizar com o pronunciamento que faz.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Agradeço muito, Senador Casildo Maldaner, pela forma gentil com que permitiu que minha voz voltasse um pouco. Nos últimos dias, talvez eu tenha me excedido em aceitar fazer palestras. Houve dias em que fiz três por dia. Em dia de muito frio em São Paulo, a voz acabou sumindo e ainda não a

recuperei completamente. Agradeço também seu apoio à análise sobre a citricultura brasileira que afeta São Paulo, Santa Catarina, Sergipe e tantos outros Estados do Brasil.

O expediente do Sindicato Rural de Ibitinga sintetiza os argumentos, afirmando que tal documento não foi disponibilizado para análise e discussão pelos representantes do setor produtivo:

O documento contendo o Estatuto [da Consecitrus] não foi encaminhado para a Associtrus em momento algum, e chegou à Faesp em vias de urgência em ser aprovado. Tal documento não foi disponibilizado para análise e discussão pelos representantes do setor produtivo com tempo hábil suficiente para seu estudo em profundidade. Embora este Sindicato tenha solicitado à Faesp cópia do documento ou mesmo que pudesse levar a especialistas para sua leitura e avaliação na sede da Federação, não obteve sucesso. A Faesp teve quinze (15) dias para analisar e reunir representantes da citricultura e decidir se assinaria ou não tal documento.

O Sindicato Rural de Ibitinga esteve presente à reunião na Faesp, realizada em março, da qual participaram outros presidentes de sindicatos representantes da cadeia produtiva da laranja, para a leitura do estatuto de 23 páginas e, na qualidade de entidade representativa do interesse coletivo pela formação de um conselho que realmente defenda o citricultor, discordou da urgência desta assinatura, sem maior debate de seus termos e melhor avaliação dos pormenores por profissionais especializados.

Não poderíamos tomar a decisão de assinar desta forma tão importante documento, que pretende direcionar os rumos do setor, em destaque, sua remuneração, pois há décadas sofrem com o processo de descapitalização e transferência de renda do elo produtor para os demais elos desta cadeia de produção. Decisão essa que estava sendo cobrada dos presidentes de sindicato após uma única leitura do documento numa tarde.

Tudo isso demonstra, no mínimo, falta de transparência e verdade, e aqui também se faz necessário alertar para o fato de a entidade que se coloca na assinatura do Consecitrus como representante dos produtores – Sociedade Rural Brasileira (SRB) – ter como membro associado à CitrusBr, que é justamente a entidade que representa as indústrias. Um conflito ético que, por si só, indica não ser esta entidade representativa dos interesses dos citricultores.

Isso posto, considero que o Consecitrus, da forma como está constituído, além de não atender ao disposto pelo Cade no voto do Relator Carlos Ragazzo – no processo que analisou a fusão das produtoras de suco de laranja Citrovita, do grupo Votorantim, e Citrosuco, do grupo Fisher, em dezembro do ano passado –, também não atende aos reclamos dos pequenos e médios produtores de laranja do Estado de São Paulo com relação à sua representação no órgão de formulação da política para a cadeia produtiva da laranja.

Considero importante que o bom senso volte à mesa de negociação e o estatuto do Consecitrus possa ser reformulado no sentido de incluir a Faesp e a Associtrus, pois elas são as verdadeiras representantes das demandas dos pequenos e médios produtores de laranja do Estado de São Paulo. Aliás, só faz sentido a implementação de uma entidade como o Consecitrus se ela tiver representatividade.

Assim, Sr. Presidente, dada a relevância dessa manifestação, gostaria de mencionar que eu a estou encaminhando ao Presidente do Cade, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, hoje presidido pelo Sr. Olavo Chinaglia, interinamente.

Muito obrigado.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
Administração Regional do Estado de São Paulo



CIRCULAR Nº 34/2012

São Paulo, 20 de abril de 2012

Senhor Presidente

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo – FAESP vem por este intermédio encaminhar nota de esclarecimento sobre as negociações que vinham sendo desenvolvidas com o setor industrial citrícola e que recentemente resultaram, por ato unilateral daquela representação, em um desfecho desleal, desrespeitoso e preocupante para o setor citrícola.

É importante reiterar que durante todo processo de negociação a FAESP visou defender os interesses legítimos dos citricultores, buscando o equilíbrio e a unidade de representação no âmbito do Consecitrus, sem o qual seria temerário formalizá-lo.

A FAESP manterá informada sua base filiada e prestará orientações complementares sobre a matéria; mas, desde já, frisa que o posicionamento adotado por esta Presidência foi em lealdade e respeito à legitimidade de representação do nosso Sistema Sindical Patronal, especialmente dos nossos 237 Sindicatos Rurais.

Por se tratar de matéria de grande interesse, solicitamos ampla divulgação dessa nota junto aos produtores e veículos de comunicação local, visando conter essa estratégia patrocinada pela indústria de desagregar os produtores, forçando a inclusão de entidades sem adequada representatividade na composição do Consecitrus.

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES  
Presidente

“PLANTE, CULTIVE E COLHA A PAZ”

DE/CSB/scp

Rua Barão de Itapetininga, 224 - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01042-907  
TeleFax: (11) 3257-1300 / 3258-7233 - www.faespsenar.com.br



## Nota de esclarecimento da FAESP sobre as negociações do Consecitrus

Estranhamos a recente divulgação da notícia de assinatura da formalização do Consecitrus na noite de 18 de abril de 2012, sem a participação da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP), uma vez que as tratativas com esta entidade para tal formalização permaneciam abertas e que nenhum fato novo havia surgido, conforme afirmações feitas em duas ligações dos Industriais negociadores para o Presidente da FAESP, ainda na tarde de 18 de abril de 2012.

Nosso estranhamento advém da confiança que depositamos na transparência da negociação com a representação industrial, haja vista que este era um dos objetivos fundamentais a ser alcançado pelo Consecitrus.

Informamos que os entendimentos vinham sendo mantidos diretamente com os industriais que integram a CitrusBR, que apresentou a indicação do Sr. João Sampaio para ocupar o cargo de Diretor Executivo. E é curioso que declarações difamatórias, infundadas e contraditórias tenham partido de quem não advoga pela coletividade dos citricultores.

É preciso esclarecer que, em momento algum, a FAESP vetou o nome indicado pela indústria; apenas defendeu que a nomeação do Diretor Executivo fosse realizada após a análise do estatuto pelo CADE, a plena formalização do Consecitrus e com vigência para a safra de 2013.

O fato verídico é que a Federação não aceitou o condicionamento, por parte da indústria, da assinatura à nomeação do Diretor no mesmo ato, sem antes discutir a estratégia de gestão que seria por ele implantada e que, nos termos do Art. 23 da minuta de estatuto negociada entre FAESP e CitrusBR, precisaria ser imparcial e sem qualquer interesse conflitante.

O posicionamento desta Casa se justifica pelas informações recebidas de nossa representativa base de Sindicatos Rurais de que Sampaio, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), mantém contrato de prestação de serviço com a CitrusBR, entidade que, por sua vez, teria se associado à SRB, em flagrante conflito de interesses e representação.

Pelo que apreendemos, a estratégia adotada pelo setor industrial foi a de assinar o Consecitrus a qualquer custo, com qualquer entidade, independentemente de representatividade na área de citricultura. A FAESP tem a prerrogativa legal de representar os produtores rurais paulistas e tem



reconhecida legitimidade, há mais de 30 anos, congregando em sua base filiada formal 237 Sindicatos Rurais e 320 extensões de base.

Só podemos imaginar que esse ímpeto de criar o Consecitrus em quaisquer termos e com entidades sem adequada representatividade tenha, provavelmente, outras motivações.

No nosso entendimento, os acontecimentos revelam ausência de transparência, ética, responsabilidade e de preocupação com a viabilização econômica dos citricultores, valores estes que foram perseguidos pela FAESP no decurso das negociações, como de praxe.

A FAESP considera que, mediante as condições e exigências expostas, a assinatura do Consecitrus poderia comprometer os interesses legítimos dos citricultores, especialmente dos pequenos, pois colocaria em risco a viabilidade econômica da atividade citrícola, com reflexos na safra 2012, que ora se inicia.

Tal fato encontra similaridade com outro ocorrido num passado não muito remoto, quando também estávamos negociando acordo que garantiria uma verdadeira relação “ganha-ganha” entre produtores e indústria. Antes de finalizar as negociações, produtores foram compelidos a assinar a prorrogação de contratos leoninos (draconianos) que prejudicaram os citricultores, em especial os de pequeno porte.

Faz parte da política desta entidade conduzir suas ações dentro de princípios da ética, lealdade, impessoalidade e compromisso com o produtor e empresário rural, preferindo distanciar-se de ofensas desrespeitosas e infundadas.

Entretanto, não poderíamos deixar de reafirmar nossa convicção de cumprimento integral com nossa obrigação de defesa dos interesses do setor produtivo rural, sem nenhum tipo de viés, e concluir que as negociações foram encerradas unilateralmente pelo setor industrial, que preferiu agir de modo desrespeitoso e desleal ao assinar o estatuto do Consecitrus com outra entidade, na calada da noite.



## SINDICATO RURAL DE IBITINGA

Reconhecido pelo M. T. P. S. em 30/11/1965

CNPJ: 49.274.780/0001-57

Ofício Nº 49/12

Ibitinga, 8 de maio de 2012.

**Ilustre Senador,**

O Sindicato Rural de Ibitinga e Tabatinga (SRI), importante região citrícola do Estado de São Paulo, vem por intermédio deste alertar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sobre a formação do Conselho Nacional da Citricultura - Consecitrus - sem a participação de entidades e associações que realmente representam os citricultores no estado de São Paulo, legalmente constituídos pela Federação dos Agricultores do Estado de São Paulo (FAESP) e pela Associação Brasileira dos Citricultores (Associtrus).

Para tanto, o SRI - que sempre participou ativamente e criticamente nas discussões acerca da implantação do Consecitrus -, se coloca à disposição para os seguintes esclarecimentos:

A ideia original de formação do Consecitrus é da Associtrus, que há muito tempo pleiteia sua criação, não tendo encontrado antes, no entanto, abertura ao diálogo por parte da indústria que, agora, instituiu o Conselho a "toque de caixa" e sem a participação da Associtrus, sua idealizadora.

Neste ponto faz-se necessário justificar que, embora o discurso propagado na mídia pela Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (Citrus BR) seja de que são transparentes e estariam discutindo o formato do Conselho há mais de um ano de forma aberta aos interessados, inclusive a Associtrus, a realidade dos fatos não é esta.

O documento contendo o Estatuto não foi encaminhado para a Associtrus, em momento algum, e chegou a FAESP em vias de urgência em ser aprovado. Tal documento não foi disponibilizado para análise e discussão pelos representantes do setor produtivo da laranja com tempo hábil suficiente para seu estudo em profundidade. Embora este sindicato tenha solicitado a Faesp cópia do documento ou mesmo que pudesse levar especialistas para sua leitura e avaliação na sede da Federação, não obteve sucesso. A FAESP teve quinze (15) dias para analisar e reunir representantes da citricultura e decidir se assinaria ou não tal documento.

O SRI esteve presente à reunião na FAESP, realizada em março, da qual participaram outros presidentes de sindicato representantes da cadeia produtiva da laranja, para leitura do Estatuto de 23 páginas e, na qualidade de entidade representativa do interesse coletivo pela formação de um Conselho que realmente defenda o citricultor, discordou da urgência desta assinatura, sem maior debate de seus termos e melhor avaliação dos pormenores por profissionais especializados.

Não poderíamos tomar a decisão de assinar desta forma tão importante documento, que pretende direcionar os rumos do setor, em destaque, sua remuneração, pois

EM IBITINGA: Rua Antonio G. B. de Paula, 149 - Centro - 14.940-000 - FONE/FAX (16) 3342-2435  
e-mail: [sribitinga@sribitinga.org.br](mailto:sribitinga@sribitinga.org.br)

Extensão de Base em TABATINGA: Rua Alfredo Benelli, 644 - Centro - 14.910-000 - FONE/FAX (16) 3385-2146  
e-mail: [tabatinga@sribitinga.org.br](mailto:tabatinga@sribitinga.org.br)  
site: [www.sribitinga.org.br](http://www.sribitinga.org.br)



## SINDICATO RURAL DE IBITINGA

Reconhecido pelo M. T. P. S. em 30/11/1965  
CNPJ: 49.274.780/0001-57

décadas sofrem com o processo de descapitalização e transferência de renda do elo produtor para os demais elos desta cadeia de produção. Decisão essa que estava sendo cobrada dos presidentes de sindicato após apenas uma única leitura do documento numa tarde.

Tudo isso demonstra, no mínimo, falta de transparência e verdade, e aqui também se faz necessário alertar para o fato de a entidade que se coloca na assinatura do Consecitrus como representante dos produtores – Sociedade Rural Brasileira (SRB) - ter como membro associado a Citrus Br, que é justamente a entidade que representa as indústrias. Um conflito ético que, por si só, indica não ser esta entidade representativa dos interesses dos citricultores.

Outro fato a ser esclarecido é que um dos membros apresentados como fundadores - a Coopercitrus – já deixou claro que não quer participar deste processo como fundadora ou mesmo em cargos de diretoria, mas apenas colaborar para sua construção. Ainda assim, foi incluída à revelia como membro fundador no documento entregue para a FAESP.

Diante do exposto, com toda essa falta de transparência e inverdades sendo apresentadas sobre a criação deste Conselho, o Sindicato Rural, como representante legítimo de centenas de proprietários que têm como atividade principal a citricultura nos municípios de Ibitinga e Tabatinga, busca esclarecer os fatos como realmente se deram neste processo que envolve, inclusive, a intenção da indústria de chegar ao Cade apresentando sua "boa vontade" em promover a pacificação entre as partes quando, na verdade, não foi exatamente assim que ocorreu. A construção do processo não foi aberta e muito menos transparente a todos os interessados e afetados com o resultado desta ação, e as instituições que verdadeiramente representam os interesses dos citricultores - Faesp e Associtrus.- não se fazem presente no Consecitrus.

Sendo o que se apresenta para o momento, e certos de Vossa Atenção, reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Fraúzo Ruiz Sanches  
Presidente do Sindicato Rural  
de Ibitinga e Tabatinga

Ao Ilmº Sr.  
Eduardo Suplicy  
DD. Senador  
SENADO FEDERAL – PRAÇA DOS TRÊS PODERES – ED. PRINCIPAL  
ALA SENADOR DINARTE MARIZ GAB. 2  
BRASILIA-DF - CEP 70.165-900

EM IBITINGA: Rua Antonio G. B. de Paula, 149 - Centro - 14.940-000 - FONE/FAX (16) 3342-2435  
e-mail: [sribitinga@sribitinga.org.br](mailto:sribitinga@sribitinga.org.br)

Extensão de Base em TABATINGA: Rua Alfredo Benelli, 644 - Centro - 14.910-000 - FONE/FAX (16) 3385-2146  
e-mail: [tabatinga@sribitinga.org.br](mailto:tabatinga@sribitinga.org.br)  
site: [www.sribitinga.org.br](http://www.sribitinga.org.br)

## **A Associtrus contesta a legitimidade do ConsecitrusBR.**

*A Associtrus esclarece que não saiu da mesa de discussão do Consecitrus; na realidade a indústria manobrou no sentido de terminar com as negociações e impor, unilateralmente e sem discussão, o “estatuto do Consecitrus” contrariando o acordo assinado em outubro de 2010 na Secretaria da Agricultura de SP.*

Nos últimos dias, reviravoltas com intervalos cada vez mais curtos resultaram em várias discussões e pautas para a imprensa sobre a formação do Consecitrus (conselho composto por citricultores e pela indústria de suco de laranja para estabelecer políticas e diretrizes para a cadeia produtiva de citros). A mais importante alteração no tocante à participação das entidades ligadas ao assunto diz respeito à decisão da indústria de exigir da Associtrus (Associação Brasileira de Citricultores) uma aceitação prévia do que viesse como proposta de criação do Consecitrus. Em reunião realizada em agosto de 2011, a indústria exigia que a Associtrus se comprometesse a assinar o estatuto, antes mesmo de conhecer o seu teor, deixando clara sua intenção de impor, em vez de negociar, lamentou o presidente da entidade, Flávio Viegas.

Flávio Viegas observa que “na realidade, o estatuto não foi discutido pelas partes envolvidas e interessadas, mas imposto pela indústria”. Ele acrescentou que “desde o início das conversações, a indústria se mostrou propensa a impor o estatuto da forma que atendesse aos seus próprios interesses, sem que os produtores pudessem realmente se manifestar”. O choque de egos deu um final melancólico às discussões sobre o Consecitrus.

O estatuto, ao qual não tivemos acesso, segundo consta não incorpora a parte técnica, ainda em elaboração, apesar de detalhado (45 artigos).

O presidente da Associtrus classificou a forma como a questão foi encaminhada como “horrrível”. “A disputa por cargos falou mais alto, em detrimento da avaliação democrática do conteúdo do Consecitrus: os reais interesses dos citricultores não prevaleceram”, declarou.

A decisão de assinatura do estatuto do Consecitrus, na noite de quarta-feira (18/4), ocorreu dois dias depois de a SRB deixar as negociações - em represália à posição da Faesp de exigir uma representatividade maior no conselho - e menos de 24 horas depois de a federação vetar o ex-secretário de Agricultura, João Sampaio, como superintendente do Consecitrus. A Faesp, por seus posicionamentos, também, aparentemente, ficou fora.

O documento será submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão que já avalia processos de concentração econômica no setor de produção de suco de laranja. “Entendemos que o processo não deveria ser aceito pelo CADE, pois a proposta está incompleta, a parte técnica não foi concluída, e questionamos a legitimidade da representatividade da SRB em função de ter em seu quadro de associados a CitrusBR e na sua diretoria um diretor da Cutrale.” Declarou Flávio Viegas.

## **Até onde vai o ConsecitrusBR**

Como era de esperar, o ConsecitrusBR, preparado pelas esmagadoras, caminha para um final lamentável, tendo apenas representantes da FAESP dispostos a assinar o estatuto, apesar da oposição dos mais importantes sindicatos da região citrícola.

A Associtrus, acreditando na possibilidade de criar um modelo de relacionamento entre citricultores e indústria inspirado no Consecana, apesar de ter investido pesadamente na criação do Consecitrus, foi alijada do processo por não se submeter à tentativa da indústria de impor sem discussão um modelo de instituição que serviria aos interesses das processadoras em detrimento dos produtores.

Sem nenhuma transparência e utilizando-se de informações inverídicas, ameaças e cooptação, como tem sido sua atuação, a indústria acreditava que seria capaz de apresentar às autoridades um documento que aplainaria o seu turbulento caminho para continuar seu processo de concentração e verticalização livre do risco de ser comprovada a sua atuação cartelizada.

A falta de credibilidade e o choque de egos vão dando um final melancólico à farsa do Consecitrus(BR) que comparamos a uma tragicomédia de circo mambembe. Até duvidamos que a pantomima chegue ao fim com a assinatura do documento.

Associtrus

## **Consecitrus, restabelecendo a verdade.**

**Por: Flávio Viegas**

Ao contrário do que vem sendo divulgado, a Associtrus não saiu das negociações para formação do Consecitrus, mas foi excluída pelas indústrias, pois a intenção era “oferecer” às entidades que representavam os citricultores o ConsecitrusBR, preparado sem nenhuma transparência pela indústria.

Depois de quase uma década negando-se a discutir o assunto, repentinamente, em 2009, a indústria processadora de citros criou a CitrusBR tendo como prioridade absoluta a elaboração do Consecitrus.

Fomos então contatados pelo presidente da CitrusBR, que nos informou da intenção da indústria de nos oferecer o Consecitrus e para isto seria contratada a MBagro liderada por Alexandre Mendonça de Barros. Respondemos que não queríamos aderir a uma proposta, mas construir democraticamente uma proposta que, entre outras coisas, assegurasse transparência nas informações e uma distribuição da renda proporcional aos investimentos, custos e riscos de cada um dos elos da cadeia produtiva.

Assinamos em outubro de 2010 uma carta de intenções comprometendo-nos a participar da elaboração do Consecitrus. O propósito era trabalhar os aspectos técnicos, que prevíamos ser a etapa mais difícil do processo, para depois elaborarmos o estatuto. Contratamos assessoria técnica para, através de reuniões semanais, elaborarmos a

proposta. Após quatro reuniões, os trabalhos foram suspensos sob o pretexto de aguardar uma atualização da planilha de custos de produção da laranja pela CONAB.

A indústria passou então a priorizar o estatuto e, em agosto de 2011, convidou a Associtrus para uma reunião, tentando coagi-la a comprometer-se a assinar o estatuto, mesmo sem conhecer o que viria a ser o seu teor. Argumentamos que essa exigência descabida equivaleria a dar uma procuração à indústria para impor o estatuto aos parceiros e lembramos que já nos havíamos comprometido formalmente a participar da elaboração do Consecitrus.

Tudo indica que as outras entidades aceitaram a condição absurda e humilhante. A partir de então, sob a alegação inverídica de que a Associtrus era contra o Consecitrus e que “se negava a assinar o estatuto”, iniciaram uma série de manobras para buscar uma entidade que substituísse a Associtrus e acabaram usando sem autorização o nome da Coopercitrus. Como a Coopercitrus não admite participar do Consecitrus, a FAESP tentou ocupar o espaço e conquistar o controle das decisões do lado dos citricultores, o que levou a SRB a anunciar sua saída do acordo. Porém, quando a FAESP tentou vetar o nome de João Sampaio, a indústria mudou de posição e assinou com a SRB. Como se vê, a questão centrou-se na disputa de poder e de cargos. Tudo indica que, no preenchimento dos inúmeros cargos criados pelo ConsecitrusBR, teremos uma nova disputa por espaço e poder. Isto também demonstra que as duas entidades citadas só tomaram conhecimento do estatuto depois de pronto e sua grande preocupação é obter um cargo!